

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	15
1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO TRABALHO	19
1.1. Princípios como normas jurídicas	21
1.1.1. A distinção entre princípios e regras	26
1.1.2. Princípios constitucionais: conceito, funções e tipologia	32
1.2. Princípios constitucionais do trabalho	42
1.2.1. Princípio da valorização do trabalho: fundamento da República Brasileira	43
1.2.2. Princípio da justiça social: base da ordem econômica e da ordem social	46
1.2.3. Princípio da função social da propriedade: a concepção de empresa como propriedade	50
1.2.4. Princípio da proporcionalidade	54
1.2.5. Princípio da igualdade e não discriminação: perspectiva do Estado Democrático de Direito	58
1.2.6. Princípio da dignidade da pessoa humana	62
2. O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: A DIGNIDADE SOCIAL DO HOMEM	63
2.1. A dignidade social da pessoa humana	67
2.2. Conceito de dignidade da pessoa humana na teoria da geração dos direitos fundamentais do homem	68
2.2.1. Os direitos humanos de primeira geração	72
2.2.2. Os direitos humanos de segunda geração	76
2.2.3. Os direitos humanos de terceira geração	80
3. O DIREITO DO TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE SOCIAL DA PESSOA HUMANA NO CAPITALISMO	87

3.1. O Direito do Trabalho nos paradigmas do Estado de Direito	91
3.1.1. O Estado Liberal	93
3.1.2. O Estado de Bem-Estar Social	98
3.1.3. O Estado Neoliberal	104
3.1.4. Estado Neoliberal ou hegemonia neoliberal?	109
3.2. O Estado Democrático de Direito e a concretização da dignidade so- cial da pessoa humana pelo Direito do Trabalho	112
4. O TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO NO BRASIL CON- TEMPORÂNEO	119
4.1. Trabalho digno	119
4.2. O trabalho em condições análogas à de escravo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana	128
4.2.1. O trabalho forçado	133
4.2.2. O trabalho degradante	140
4.2.3. Conceito: o trabalho em condições análogas à de escravo na perspectiva da dignidade da pessoa humana	148
CONCLUSÃO	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162
ANEXOS	169
Anexo A: Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil	169
Anexo B: Dados da CPT sobre o Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo	184
Anexo C: "Lista Suja" — Cadastro de Empregadores que Tenham Mantido Trabalhadores em Condições Análogas à de Escravo	193